



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO



ESTATUTO DO CENTRO ACADÊMICO DE ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO DA UFRN

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO

Art. 1º - O Centro Acadêmico de Engenharia de Computação, doravante denominada **CAEComp**, é a entidade máxima de representação dos estudantes do curso de Engenharia de Computação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, é uma associação civil sem fins lucrativos, sem filiação político-partidária ou religiosa, livre e independente de órgãos públicos e governamentais.

Parágrafo único – O **CAEComp** rege-se pelo presente Estatuto e pelas disposições legais em vigor e tem prazo de duração indeterminado.

Art. 2º - O **CAEComp** tem sede na Avenida Senador Salgado Filho, 3000 - Campus Universitário - Lagoa Nova - CEP: 59.072-970 - Natal/RN e foro nesta cidade do Natal, estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3º - O **CAEComp** tem por finalidade:

- a) Representar os estudantes do curso de Engenharia de Computação e de Ciências e Tecnologia - Tecnologia de Computação da UFRN, no todo ou em parte, frente aos organismos acadêmicos da universidade;
- b) Promover a aproximação entre os corpos discente, docente e técnico-administrativo da UFRN, preservando cada qual a sua autonomia;
- c) Organizar, auxiliar e incentivar promoções de caráter político, cultural, científico e social que visem o aprimoramento da formação universitária;
- d) Promover intercâmbio, integração e fortalecimento dos movimentos sociais, em especial das entidades do movimento estudantil;
- e) A luta permanente pela qualidade de ensino e o aperfeiçoamento das atividades acadêmicas;
- f) A preservação das tradições estudantis, a probidade da vida acadêmica, o patrimônio moral e material da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura acadêmica, inclusive com a criação de órgãos que atendam a essas finalidades;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO



CAPÍTULO II

QUADRO SOCIAL, DIREITOS E DEVERES

Art. 4º - São membros do **CAEComp** todos os estudantes regularmente matriculados no curso de Engenharia de Computação e/ou de Ciências e Tecnologia - Tecnologia de Computação da UFRN.

Art. 5º - São direitos dos membros do **CAEComp**:

- a) A participação de forma livre e direta, pela palavra oral ou escrita, em qualquer uma das reuniões, comissões ou instâncias deliberativas da entidade;
- b) Votar e ser votado em Assembleia Geral;
- c) Solicitar, a qualquer tempo, informações relativas às atividades da entidade;
- d) Livre acesso às dependências da entidade, podendo utilizar-se de seu patrimônio para realizar quaisquer atividades, exceto naquilo que definir este Estatuto;
- e) Participar das atividades organizadas pela entidade.

Art. 6º - São deveres dos membros do **CAEComp**:

- a) Respeitar e cumprir as disposições do Estatuto, bem como as deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria;
- b) Organizar reuniões e certames de caráter civil, social, cultural, científico, técnico e artístico, assim como eventos diversos, visando à complementação e o aprimoramento da formação de nível superior e à integração entre associados e a comunidade universitária como um todo.
- c) Manter contato permanente com outros órgãos de representação estudantil, órgãos governamentais em todas as suas esferas, e a sociedade civil.
- d) Exercer, diligentemente, as funções para as quais tenham sido investidos;
- e) Não tomar qualquer posição pública de caráter político-partidário ou religioso em nome da entidade;
- f) Atender às reivindicações dos acadêmicos em consonância com as finalidades estatutárias;
- g) Zelar e prestigiar o patrimônio moral e material da entidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO



CAPÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

Art. 7º - O **CAEComp** é composto das seguintes instâncias, por ordem decrescente de poder deliberativo:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria.

SEÇÃO I – Assembleia Geral

Art. 8º - A Assembleia Geral é o órgão de deliberação máxima do **CAEComp**, com igual direito a voz e voto.

Art. 9º - Compete à Assembleia Geral:

- a) Discutir e votar as propostas apresentadas por qualquer um de seus membros, encaminhando suas decisões à Diretoria;
- b) Deliberar sobre reformas deste Estatuto;
- c) Suspender ou destituir diretores da entidade e/ou os representantes discentes nos Conselhos Superiores e Câmaras, garantindo-lhes o direito de ampla defesa;
- d) Deliberar sobre os casos omissos deste Estatuto.

Art. 10º - A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, ou mediante solicitação feita por, pelo menos, 1/10 (um décimo) de seus membros, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, mediante edital afixado em lugar próprio e de fácil visualização, contendo, sob pena de nulidade:

- a) A pauta do dia;
- b) Local, data e hora da reunião.

Parágrafo único – A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre o que estiver na pauta do dia, salvo aprovação de inclusão de matéria outorgada por maioria simples dos presentes.

Art. 11º - A Assembleia Geral será presidida pela Diretoria ou, na sua ausência ou inexistência, por comissão eleita na própria Assembleia.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO



Parágrafo primeiro: As decisões da Assembleia serão tomadas por maioria simples dos votos.

Parágrafo segundo: As deliberações da Assembleia Geral serão lavradas em ata, devendo esta ser aprovada ao final da Assembleia, assinada pela mesa que houver dirigido os trabalhos.

SEÇÃO II – Diretoria

Art. 12º - A Diretoria é investida dos poderes de deliberação, administração e representação do **CAEComp**, de forma a assegurar a consecução de seus objetivos, observando e fazendo observar o presente Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral.

Art. 13º - A Diretoria será organizada através de seis diretorias:

- a) Presidência;
- b) Vice-Presidência;
- c) Secretaria Geral;
- d) Secretaria Adjunta;
- e) Secretaria de Finanças;
- f) Secretaria de Comunicação, Marketing e Eventos.

Parágrafo primeiro: A organização interna de cada diretoria, bem como a disposição sobre a criação de diretorias auxiliares, deve ser lavrada em Ata de Posse, quando da posse de uma nova Diretoria.

Parágrafo segundo: A Diretoria será composta por um mínimo de 6 (seis) diretores, eleitos entre os seus membros, conforme disposto neste Estatuto.

Parágrafo terceiro: A frequência e organização das reuniões da Diretoria deve ser objeto de definição interna da gestão em exercício.

Parágrafo quarto: A Secretaria de Finanças e a Secretaria de Comunicação, Marketing e Eventos poderá ser composta por até 3 (três) membros cada.

Parágrafo quinto: A Secretaria Adjunta poderá ser composta por até 2 (dois) membros.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO



Art. 14º - Compete à Diretoria:

- a) Representar o corpo discente junto à Comunidade Acadêmica e à Sociedade Civil em geral;
- b) Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e as disposições deste Estatuto;
- c) Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral;
- d) Defender os interesses do corpo discente do curso de Engenharia de Computação e Ciências e Tecnologia - Tecnologia de Computação;
- e) Zelar pelo patrimônio da entidade;
- f) Eleger substitutos para cargos vagos na Diretoria, no caso de vacância, impedimento ou abandono;
- g) Coordenar e supervisionar todas as atividades do **CAEComp**;
- h) Manter constantemente informados os estudantes acerca das deliberações e atividades do **CAEComp**;
- i) Prestar contas do patrimônio e da sua gestão financeira;
- j) Convocar as eleições, conforme previsto neste Estatuto, e garantir sua sucessão;

Art. 15º - A Diretoria terá mandato de 1 (um) ano e cada diretor poderá ser reeleito uma vez para o mesmo cargo.

Art. 16º - Um membro da Diretoria do **CAEComp** poderá se afastar integralmente, caso apresente uma justificativa viável através de uma declaração e sua saída seja aprovada pelos demais membros da Diretoria.

SEÇÃO III – Cargos da Diretoria

Art. 17º - São atribuições da Presidência:

- a) Representar o **CAEComp**, ativa e passivamente, perante as autoridades judiciárias e administrativas sempre que for necessário, podendo delegar poderes;
- b) Coordenar o conjunto das atividades da entidade sob o aspecto político e organizativo;
- c) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria;
- d) Tomar medidas de emergência, não previstas em suas competências.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO



- e) Organizar e promover a participação estudantil em atividades extracurriculares que se pautem pela autonomia didático-científica e pela indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- f) Exercer “voto de Minerva” nas reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral, se assim for necessário;
- g) Assinar as portarias, resoluções e demais atos administrativos exercidos pelo **CAEComp** que devem ser sempre sobrescritas pelo Secretário Geral da entidade;

Art. 18º - São atribuições da Vice-Presidência:

- a) Substituir com a mesma atribuição da Presidência, nos casos de ausência ou impedimento.
- b) Auxiliar a Presidência na coordenação das sessões da Diretoria e da Assembleia Geral.
- c) Exercer atividades delegadas pelo Presidente.

Art. 19º - São atribuições da Secretaria Geral:

- a) Administrar os serviços da Secretaria, responsabilizando-se pelos seus arquivos;
- b) Manter em dia e em ordem os registros administrativos da entidade;
- c) Participar e intervir na elaboração das diretrizes educacionais e pedagógicas do curso de Engenharia de Computação da UFRN, através da representação dos discentes nos colegiados deliberativos.
- d) Substituir o Presidente, o Vice-Presidente, quando estes estiverem impedidos de exercer sua função;
- e) Garantir a redação e a divulgação das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e as Assembleias Gerais, bem como promover os seus devidos encaminhamentos.
- f) Garantir a organização e o zelo dos acervos documental e bibliográfico da entidade;

Art. 20º - São atribuições da Secretaria Adjunta:

- a) Representar e substituir o Secretário Geral em suas faltas e impedimentos;
- b) Auxiliar o Secretário no desempenho de suas atribuições e competências.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO



Art. 21º - São atribuições da Secretaria de Finanças:

- a) Controlar juntamente com a Presidência a movimentação financeira da entidade, efetuando pagamentos e recebimentos;
- b) Representar o **CAEComp** junto a bancos, assinando sempre em conjunto com pelo menos 01 (um) outro membro da Diretoria, cheques, ordens de pagamento e demais transações bancárias;
- c) Prestar contas perante a Diretoria, e torná-las públicas para todos os estudantes e comunidade, quando solicitado.
- d) Planejar a política de gestão dos recursos financeiros do **CAEComp**, buscando formas alternativas de captação de recursos tendo em vistas a independência e autonomia financeira da entidade;

Art. 22º - São atribuições da Secretaria de Comunicação, Marketing e Eventos.

- a) Dar publicidade a todas as ações promovidas pelo **CAEComp** e demais temas que sejam do interesse dos estudantes, através de informativos, panfletos, jornais, páginas na internet e demais meios de comunicação;
- b) Elaborar e executar campanhas de publicidade que promovam as ideias e propostas da entidade;
- c) Manter o contato e relações de colaboração com outros grupos e entidades do movimento estudantil dentro e fora da UFRN.
- d) Organizar e coordenar a participação do corpo discente em ações e eventos externos de ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO IV

PROCESSO ELEITORAL

SEÇÃO I – Convocações e Época

Art. 23º - As eleições serão convocadas e regulamentadas na forma estatutária por uma Comissão Eleitoral, convocada por Assembleia Geral, composta por 3 (três) estudantes, os quais não poderão ser candidatos.

Parágrafo primeiro: A Comissão Eleitoral deve ser formada pelo menos 7 (sete) dias antes da eleição.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO



Parágrafo segundo: As eleições deverão ser convocadas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência, em data fixada pela Comissão Eleitoral.

Parágrafo terceiro: A convocação será feita mediante ampla divulgação através dos meios disponíveis, de modo a dar visibilidade ao corpo discente de todas as etapas do processo eleitoral.

Parágrafo quarto: No prazo de pelo menos 3 (três) dias úteis antes do dia fixado para a eleição, uma comissão de pelo menos 1/10 do corpo discente regularmente matriculado no curso de Engenharia de Computação e Ciências e Tecnologia - Tecnologia de Computação da UFRN pode requerer formalmente a convocação de Assembleia para modificação da Comissão Eleitoral e data de eleição. No caso de possuir matrícula em Ciências e Tecnologia se faz necessário a apresentação do histórico acadêmico, comprovando possuir ênfase em Tecnologia de Computação.

Parágrafo quinto: As eleições deverão ser realizadas no início de cada ano letivo.

SEÇÃO II – Eleitores e Candidatos

Art. 24° - São eleitores todos os estudantes regularmente matriculados no curso de graduação em Engenharia de Computação e Ciências e Tecnologia - Tecnologia de Computação da UFRN.

Parágrafo único: A prova de identidade eleitoral será dada por qualquer documento oficial com foto e apresentação do histórico acadêmico.

Art. 25° - Poderão concorrer às eleições todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFRN, em Engenharia de Computação ou Ciências e Tecnologia - Tecnologia de Computação.

Art. 26° - Não poderão candidatar-se aos cargos do **CAEComp** estudantes com colação de grau prevista para antes do término do mandato.

Art. 27° - As inscrições para as eleições dar-se-ão sob a forma de chapas.

Art. 28° - Só poderão concorrer às eleições chapas registradas junto à Comissão Eleitoral até 3 (três) dias antes das eleições.

Art. 29° - O registro se dar mediante requerimento que contenha:

- a) O nome da chapa;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO



- b) Os nomes dos candidatos e seus respectivos cargos;
- c) A assinatura e o número de matrícula dos candidatos;
- d) Apresentação e resumo da plataforma;
- e) Apresentação do comprovante de matrícula de cada integrante da chapa.

Art. 30° - As chapas podem requerer intervenção, nesse caso, uma reunião geral será convocada em até no máximo 24 horas após o término das inscrições para deliberarem sobre os recursos.

Art. 31° - A votação deverá ser feita em sistema oficial da UFRN ou em suas dependências, por sufrágio direto e secreto.

Parágrafo primeiro: É vetado o voto por procuração.

Parágrafo segundo: Será garantido o sigilo do voto e a inviolabilidade da urna.

Art. 32° - Caso a votação seja realizada nas dependências da UFRN por urna, a Comissão Eleitoral ficará responsável pelo recolhimento e apuração dos votos.

Parágrafo primeiro: Os trabalhos eleitorais serão exercidos por representação credenciada pela Comissão Eleitoral e 1 (um) fiscal indicado por cada chapa, por urna.

Parágrafo segundo: A apuração dar-se-á imediatamente após o término da votação, em local designado pela Comissão Eleitoral.

Parágrafo terceiro: A apuração será feita pela Comissão Eleitoral e por um fiscal indicado por cada chapa.

Art. 34° - A contagem dos votos será feita por chapas e a Comissão Eleitoral declarará vencedora a chapa que obtiver maioria dos votos.

Art. 35° - A Comissão Eleitoral decidirá quaisquer dúvidas referentes ao processo eleitoral, cabendo recurso de suas decisões à Assembleia.

Art. 36° - A chapa eleita para a Diretoria do **CAEComp** será empossada por ata da Comissão Eleitoral em até 10 (dez) dias após as eleições.

CAPÍTULO V

RECURSOS E PATRIMÔNIO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO



Art. 38º - O patrimônio do **CAEComp** será constituído por todos os bens móveis e imóveis que possui e pelos que vier a possuir por meio de contribuições, subvenções, legados e quaisquer outras formas não vedadas pela lei.

Parágrafo único: A alienação de quaisquer bens que alterem significativamente o patrimônio da entidade somente poderá ser realizada mediante a decisão da maioria absoluta dos diretores.

Art. 39º - São recursos financeiros do **CAEComp**:

- a) As quantias arrecadadas em forma de contribuição espontânea dos estudantes;
- b) As receitas de qualquer promoção, convênio ou atividade realizada pela entidade;
- c) As receitas provenientes de emprego de capital;
- d) Doações provenientes do poder público, de entidades não-governamentais e sociedade civil, desde que não afete a autonomia administrativa, financeira e política da entidade.

Art. 40º - A Diretoria do **CAEComp** é obrigada a prestar contas de sua gestão financeira ao término de seu mandato a toda comunidade relacionada.

Parágrafo único: Após a sua aprovação, a prestação de contas deverá ser afixada em mural da sede da entidade, bem como em outros murais e meios que facilitem a sua publicidade.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 41º - O presente Estatuto só poderá ser modificado em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim.

Art. 42º - Este Estatuto entra em vigor depois de aprovado em Assembleia Geral, devendo ser registrado em cartório, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 43º - A extinção do **CAEComp** se dará somente com aprovação pela maioria absoluta da Diretoria e posterior aprovação em Assembleia Geral.

Natal, 16 de Agosto de 2016.